



montemor-o-velho
MUNICÍPIO



2020
DOCUMENTOS

Prestação de contas

consolidadas
MONTE MOR-O-VELHO



Índice

Relatório de gestão consolidado	2
Introdução	3
Perímetro de Consolidação	4
Análise económico-financeira	5
Documentos de prestação de contas consolidados.....	8
Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.....	22
Certificação Legal das Contas	38



RELATÓRIO DE GESTÃO consolidado

Introdução

O Município de Montemor-o-Velho apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), o qual estipula que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Nesta senda, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método adotado na consolidação de contas pelo Município de Montemor-o-Velho, no sentido de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação financeira relativa ao grupo público como se de uma única entidade de se tratasse, o método da equivalência patrimonial, o qual consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Perímetro de Consolidação

Nos termos do disposto no artigo 7º do Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, existem dois tipos de perímetro de consolidação: o perímetro orçamental e o perímetro de consolidação financeira.

O perímetro de consolidação do Município de Montemor-o-Velho é constituído pela empresa intermunicipal ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M, S.A..

A ABMG foi constituída em 2019 pelos Municípios de Mira, **Montemor-o-Velho** e Soure, tendo por objeto, a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento, recolha de resíduos sólidos e operação e manutenção de sistemas de águas pluviais dos municípios participantes no seu capital social.

Análise económico-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores. Analisaremos de seguida o balanço e demonstração de resultados consolidados.

Balanço

Em 2020 o ativo das contas consolidadas do Município de Montemor-o-Velho atingiu 112,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 3,4 milhões correspondente a 3,02%. Efetua-se de seguida uma breve análise às variações ocorridas na estrutura do ativo.

5

Designação	2019		2020		Variação 2020-2019	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
ATIVO						
Ativo não corrente	102.824.847,09 €		98.209.007,02 €		-4.615.840,07 €	-4,49%
Ativos fixos tangíveis	100.937.269,36 €	87%	95.176.481,55 €	85%	-5.760.787,81 €	-5,71%
Propriedades de Investimento	1.058.683,71 €	1%	0,00 €	0%	-1.058.683,71 €	-100,00%
Ativos intangíveis	270.848,27 €	0%	382.717,21 €	0%	111.868,94 €	41,30%
Participações financeiras	558.045,75 €	0%	2.649.808,26 €	2%	2.091.762,51 €	374,84%
Ativo corrente	12.804.361,86 €		13.927.900,96 €		1.123.539,10 €	8,77%
Inventários	287.082,27 €	0%	171.700,78 €	0%	-115.381,49 €	-40,19%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3.960.513,68 €	3%	2.016.864,50 €	2%	-1.943.649,18 €	-49,08%
Clientes, contribuintes e utentes	413.458,56 €	0%	710.551,86 €	1%	297.093,30 €	71,86%
Estado e outros entes públicos	194.732,83 €	0%	123.607,75 €	0%	-71.125,08 €	-36,52%
Outras contas a receber	4.279.238,63 €	4%	4.676.887,58 €	4%	397.648,95 €	9,29%
Diferimentos	16.660,14 €	0%	14.181,11 €	0%	-2.479,03 €	-14,88%
Ativos não correntes detidos para venda	0,00 €	0%	832.362,64 €	1%	832.362,64 €	100,00%
Caixa e depósitos	3.652.675,75 €	3%	5.381.744,74 €	5%	1.729.068,99 €	47,34%
Total do Ativo	115.629.208,95 €	100%	112.136.907,98 €	100%	-3.492.300,97 €	-3,02%

Da análise ao quadro supra é possível verificar que os ativos fixos tangíveis representam 85% do total do ativo, registando uma diminuição de 5,7 milhões de euros. Esta diminuição deve-se, essencialmente, ao ajustamento de vida útil, em conformidade com o CC2, efetuado nos edifícios e outras construções com o consequente aumento das depreciações acumuladas.

Designação	2019		2020		Variação 2020-2019	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
PATRIMÓNIO LIQUIDO						
Património/Capital	74.341.132,55 €	101%	72.311.335,55 €	74%	-2.029.797,00 €	-2,7%
Reservas	317.887,29 €	0%	305.986,63 €	0%	-11.900,66 €	-3,7%
Resultados transitados	-674.371,70 €	-1%	-1.318.872,14 €	-1%	-644.500,44 €	95,6%
Ajustamentos em ativos financeiros	-2.030.000,00 €	-3%	11.697,66 €	0%	2.041.697,66 €	-100,6%
Outras variações no Património Líquido	1.006.907,98 €	1%	25.222.228,68 €	26%	24.215.320,70 €	2404,9%
Resultado líquido do período	771.615,89 €	1%	1.195.505,28 €	1%	423.889,39 €	54,9%
Total do Património Líquido	73.733.172,01 €	100%	97.727.881,66 €	100%	23.994.709,65 €	32,54%
PASSIVO						
Passivo não corrente	39.161.894,01 €	93%	11.025.451,62 €	77%	-28.136.442,39 €	-71,85%
Provisões	828.664,94 €	2%	667.982,28 €	5%	-160.682,66 €	-19,39%
Financiamentos obtidos	11.238.543,21 €	27%	10.357.469,34 €	72%	-881.073,87 €	-7,84%
Diferimentos	27.094.685,86 €	65%	0,00 €	0%	-27.094.685,86 €	-100,00%
Passivo não corrente	2.734.142,93 €	7%	3.383.574,70 €	23%	649.431,77 €	23,75%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	0%	46.931,77 €	0%	46.931,77 €	100,00%
Fornecedores	481.261,42 €	1%	798.972,13 €	6%	317.710,71 €	66,02%
Estado e outros entes públicos	173.918,90 €	0%	138.962,58 €	1%	-34.956,32 €	-20,10%
Financiamentos obtidos	874.078,88 €	2%	878.890,50 €	6%	4.811,62 €	0,55%
Fornecedores de investimentos	226.353,08 €	1%	653.445,81 €	5%	427.092,73 €	188,68%
Outras contas a pagar	978.530,65 €	2%	866.371,91 €	6%	-112.158,74 €	-11,46%
Total do Passivo	41.896.036,94 €	36%	14.409.026,32 €	13%	-27.487.010,62 €	-65,61%
Total do Património Líquido e Passivo	115.629.208,95 €	100%	112.136.907,98 €	100%	-3.492.300,97 €	-3,02%

Comparativamente com o período homologado o passivo teve uma variação negativa de 65,61% que resulta da descida generalizada das suas rubricas do passivo não corrente, sendo tal variação alavancada pelo aumento verificado no passivo corrente, designadamente das rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento que registaram um aumento, o que se traduz num aumento total da dívida do Município a fornecedores, não obstante todos os esforços efetuados e preocupação do Município em pagar aos fornecedores, em especial neste período conturbado da economia provocado pela COVID-19, como demonstra o prazo médio de pagamentos calculado do Município de 13 dias.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 97,7 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 23,9 milhões de euros (correspondente a 32,54%). O mesmo é resultado das correções efetuadas pela aplicação da primeira vez do SNC-AP.

Demonstração de Resultados

O resultado líquido ascende a 1,1 milhões de euros, resultado da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um ligeiro aumento comparativamente com o resultado líquido do período homólogo.

Para melhor perceção, efetua-se de seguida uma análise aos gastos e aos rendimentos, onde é possível verificar que os gastos registaram uma diminuição de 1,3 milhões de euros, face a 2019.

Gastos	2019	2020	Varição 2020-2019
CMVMC	405.509,68 €	505.988,77 €	100.479,09 €
Fornecimentos e serviços externos	5.996.985,16 €	4.891.870,19 €	-1.105.114,97 €
Gastos com o pessoal	4.687.929,42 €	5.024.369,22 €	336.439,80 €
Transferências e subsídios concedidos	777.566,51 €	1.200.754,88 €	423.188,37 €
Outras gastos	1.363.119,47 €	104.243,44 €	-1.258.876,03 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6.339.107,01 €	6.546.026,65 €	206.919,64 €
Juros e gastos similares suportados	133.241,90 €	110.827,40 €	-22.414,50 €
Total dos gastos	19.703.459,15 €	18.384.080,55 €	-1.319.378,60 €

Rendimentos	2019	2020	Varição 2020-2019
Impostos, contribuições e taxas	5.706.942,51 €	6.121.840,66 €	414.898,15 €
Vendas	1.355.176,84 €	254.610,44 €	-1.100.566,40 €
Prestação de serviços e concessões	114.284,58 €	490.068,43 €	375.783,85 €
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	57.631,67 €	57.631,67 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.221.861,97 €	8.474.817,69 €	-747.044,28 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	160.682,66 €	160.682,66 €
Outros Rendimentos	4.076.809,14 €	4.019.934,28 €	-56.874,86 €
Total dos rendimentos	20.475.075,04 €	19.579.585,83 €	-895.489,21 €

Os Resultados Operacionais são positivos, atingindo o valor de 1.195.505,28€.

Do lado dos Proveitos e Ganhos registou-se um decréscimo de 0,8 milhões de euros face ao ano de 2019, devendo-se, essencialmente, à variação negativa registada nas vendas e transferências e subsídios correntes obtidos.

Em consequência, o Resultado Líquido do Exercício, manteve-se positivo no valor de 1.195.505,28€.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS consolidados



Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Valores em €

Rúbrica Recebimentos	TOTAL	Rúbrica Pagamentos	TOTAL
Saldo de gerência anterior	3.624.064,09		
Operações Orçamentais [1]	3.445.713,09		
Devolução do saldo oper. orçamentais			
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades			
Operações de tesouraria [A]	178.351,00		
Receita Corrente	16.209.604,61	Despesa corrente	11.257.744,94
R1 - Receita Fiscal	4.356.877,10	D1 - Despesas com o pessoal	4.987.292,22
R1.1 - Impostos diretos	4.356.877,10	D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	3.845.016,96
R1.2 - Impostos indiretos		D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	90.314,89
R2 - Contribuições sist. proteção social e subsist. saúde		D1.3 - Segurança Social	1.051.960,37
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	877.687,60	D2 - Aquisição de bens e serviços	4.914.870,44
R4 - Rendimentos de propriedade		D3 - Juros e outros encargos	111.033,05
R5 - Transferências e subsídios correntes	9.302.044,39	D4 - Transferências e subsídios correntes	1.078.017,88
R5.1 - Transferências correntes	9.302.044,39	D4.1 - Transferências correntes	801.327,76
R5.1.1 - Administrações Públicas	9.271.044,39	D4.1.1 - Administrações Públicas	362.051,29
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	9.250.628,19	D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	20.416,20	D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	20.167,03
R5.1.1.3 - Segurança Social		D4.1.1.3 - Segurança Social	
R5.1.1.4 - Administração Regional		D4.1.1.4 - Administração Regional	
R5.1.1.5 - Administração Local		D4.1.1.5 - Administração Local	341.884,26
R5.1.2 - Exterior - U E		D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	331.580,77
R5.1.3 - Outras	31.000,00	D4.1.3 - Famílias	107.695,70
R5.2 - Subsídios correntes		D4.1.4 - Outras	
R6 - Venda de bens e serviços	1.503.857,56	D4.2 - Subsídios correntes	276.690,12
R7 - Outras receitas correntes	169.137,96	D5 - Outras despesas correntes	166.531,35
Receita de Capital	2.248.880,21	Despesa de capital	4.481.604,01
R8 - Venda de bens de investimento	306.363,68	D6 - Aquisição de bens de capital	4.387.919,52
R9 - Transferências e subsídios de capital	1.850.059,35	D7 - Transferência e subsídios de capital	93.684,49
R9.1 - Transferências de capital	1.850.059,35	D7.1 - Transferências de capital	93.684,49
R9.1.1 - Administrações Públicas	1.788.157,11	D7.1.1 - Administrações Públicas	67.939,99
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	1.788.157,11	D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	
R9.1.1.3 - Segurança Social		D7.1.1.3 - Segurança Social	
R9.1.1.4 - Administração Regional		D7.1.1.4 - Administração Regional	
R9.1.1.5 - Administração Local		D7.1.1.5 - Administração Local	67.939,99
R9.1.2 - Exterior - U E		D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	25.744,50
R9.1.3 - Outras	61.902,24	D7.1.3 - Famílias	
R9.2 - Subsídios de capital		D7.1.4 - Outras	
R10 - Outras receitas de capital	90.170,15	D7.2 - Subsídios de capital	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	2.287,03	D8 - Outras despesas de capital	
Receita efetiva [2]	18.458.484,82	Despesa efetiva [5]	15.739.348,95
Receita não efetiva [3]		Despesa não efetiva [6]	904.578,70
R12 - Receita com ativos financeiros		D9 - Despesa com ativos financeiros	28.315,75
R13 - Receita com passivos financeiros		D10 - Despesa com passivos financeiros	876.262,95
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	21.904.197,91	Soma [7]=[5]+[6]	16.643.927,65
Operações de Tesouraria [B]	123.509,69	Operações de tesouraria [C]	180.386,91
		Saldo para a gerência seguinte	121.473,78
		Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	5.260.270,26
		Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	121.473,78
		Saldo Global [2] - [5]	2.719.135,87
		Despesa primária	2.719.135,87
		Saldo corrente	15.628.315,90
		Saldo de capital	4.951.859,67
		Saldo primário	2.830.168,92
		Receita total [1] + [2] + [3]	21.904.197,91
		Despesa total [5] + [6]	16.643.927,65

• • • •

Demonstração consolidada dos direitos e obrigações por natureza

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Valores em €

Rúbrica Liquidações	TOTAL	Rúbrica Obrigações	TOTAL
Receita Corrente	16.608.813,54	Despesa corrente	12.012.271,43
R1 - Receita Fiscal	4.430.773,76	D1 - Despesas com o pessoal	5.129.599,93
R1.1 - Impostos diretos	4.430.773,76	D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	3.914.001,03
R1.2 - Impostos indiretos		D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	91.916,08
R2 - Contribuições sist. proteção social e subsist.		D1.3 - Segurança Social	1.123.682,82
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	977.928,89	D2 - Aquisição de bens e serviços	5.476.999,70
R4 - Rendimentos de propriedade		D3 - Juros e outros encargos	114.190,80
R5 - Transferências e subsídios correntes		D4 - Transferências e subsídios correntes	1.124.949,65
R5.1 - Transferências correntes	9.302.044,39	D4.1 - Transferências correntes	848.259,53
R5.1.1 - Administrações Públicas	9.271.044,39	D4.1.1 - Administrações Públicas	362.051,29
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado	9.250.628,19	D4.1.1.1 - Administração Central - Estado	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	20.416,20	D4.1.1.2 - Administração Central - Outras	20.167,03
R5.1.1.3 - Segurança Social		D4.1.1.3 - Segurança Social	
R5.1.1.4 - Administração Regional		D4.1.1.4 - Administração Regional	
R5.1.1.5 - Administração Local		D4.1.1.5 - Administração Local	341.884,26
R5.1.2 - Exterior - U E		D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	375.860,19
R5.1.3 - Outras	31.000,00	D4.1.3 - Famílias	110.348,05
R5.2 - Subsídios correntes		D4.1.4 - Outras	
R6 - Venda de bens e serviços	1.728.875,63	D4.2 - Subsídios correntes	276.690,12
R7 - Outras receitas correntes	169.190,87	D5 - Outras despesas correntes	166.531,35
Receita de Capital	1.830.371,72	Despesa de capital	5.139.162,88
R8 - Venda de bens de investimento	306.363,68	D6 - Aquisição de bens de capital	5.045.478,39
R9 - Transferências e subsídios de capital	1.433.837,89	D7 - Transferência e subsídios de capital	93.684,49
R9.1 - Transferências de capital	1.433.837,89	D7.1 - Transferências de capital	93.684,49
R9.1.1 - Administrações Públicas	1.411.337,89	D7.1.1 - Administrações Públicas	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado	1.411.337,89	D7.1.1.1 - Administração Central - Estado	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		D7.1.1.2 - Administração Central - Outras	
R9.1.1.3 - Segurança Social		D7.1.1.3 - Segurança Social	
R9.1.1.4 - Administração Regional		D7.1.1.4 - Administração Regional	
R9.1.1.5 - Administração Local		D7.1.1.5 - Administração Local	67.939,99
R9.1.2 - Exterior - U E		D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	25.744,50
R9.1.3 - Outras	22.500,00	D7.1.3 - Famílias	
R9.2 - Subsídios de capital		D7.1.4 - Outras	
R10 - Outras receitas de capital	90.170,15	D7.2 - Subsídios de capital	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	15.705,84	D8 - Outras despesas de capital	
Receita efetiva [2]	18.439.185,26	Despesa efetiva [5]	17.151.434,31
Receita não efetiva [3]		Despesa não efetiva [6]	904.578,00
R12 - Receita com ativos financeiros		D9 - Despesa com ativos financeiros	28.315,75
R13 - Receita com passivos financeiros		D10 - Despesa com passivos financeiros	876.262,25
Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	18.439.185,26	Despesa total [7]=[5]+[6]	18.056.012,31



Balanço consolidado

RUBRICAS	Notas	31 de dezembro 2020	Normativo anterior 31 de dezembro 2019
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5	95.176.481,55	100.937.269,36
Propriedade de Investimentos	8	0,00	1.058.683,71
Ativos Intangíveis	3	382.717,21	270.848,27
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras		2.649.808,26	558.045,75
Accionistas /Sócios		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Cientes, Contribuintes e Utentes		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
		98.209.007,02	102.824.847,09
Ativo Corrente			
Inventários	10	171.700,78	287.082,27
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis		2.016.864,50	3.960.513,68
Devedores por Transferências e Subsídios Reembolsáveis		0,00	0,00
Cientes, Contribuintes e Utentes		710.551,86	413.458,56
Estado e Outros Entes Públicos		123.607,75	194.732,83
Accionistas /Sócios/ Associados		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		4.676.887,58	4.279.238,63
Diferimentos		14.181,11	16.660,14
Ativos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda		832.362,64	0,00
Caixa/Depósitos Bancários	1	5.381.744,74	3.652.675,75
		13.927.900,96	12.804.361,86
Total do Ativo		112.136.907,98	115.629.208,95
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital Próprio			
Património /Capital		72.311.335,55	74.341.132,55
Ações (Quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas		305.986,63	317.887,29
Resultados Transitados		-1.318.872,14	-674.371,70
Ajustamentos em Ativos Financeiros		11.697,66	-2.030.000,00
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Outras Variações no Capital Próprio	2	25.222.228,68	1.006.907,98
Resultado Líquido do Exercício		1.195.505,28	771.615,89
Dividendos Antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		97.727.881,66	73.733.172,01
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões		667.982,28	828.664,94
Financiamentos Obtidos		10.357.469,34	11.238.543,21
Responsabilidade por Benefícios Pós - Emprego		0,00	0,00
Diferimentos			27.094.685,86
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		0,00	0,00
		11.025.451,62	39.161.894,01
Passivo Corrente			
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos		46.931,77	0,00
Fornecedores		798.972,13	481.261,42
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		138.962,58	173.918,90
Accionistas/Sócios/ Accociados		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		878.890,50	874.078,88
Fornecedores de Investimentos		653.445,81	226.353,08
Outras Contas a Pagar		866.371,91	978.530,65
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
		3.383.574,70	2.734.142,93
Total do Passivo		14.409.026,32	41.896.036,94
Total do Património Líquido e Passivo		112.136.907,98	115.629.208,95



Demonstração de resultados consolidados

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	31-12-2020	Normativo anterior 31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	6.121.840,66	5.706.942,51
Vendas	254.610,44	1.355.176,84
Prestações de serviços e concessões	490.068,43	114.284,58
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	57.631,67	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	8.474.817,69	9.221.861,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-505.988,77	-405.509,68
Fornecimentos e serviços externos	-4.891.870,19	-5.996.985,16
Gastos com pessoal	-5.024.369,22	-4.687.929,42
Transferências e subsídios concedidos	-1.200.754,88	-777.566,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	
Provisões (aumentos/reduções)	160.682,66	
Outros rendimentos	4.019.934,28	4.076.809,14
Outros gastos	-104.243,44	-1.363.119,47
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7.852.359,33	7.243.964,80
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6.546.026,65	-6.339.107,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1.306.332,68	904.857,79
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-110.827,40	-133.241,90
Resultado antes de impostos	1.195.505,28	771.615,89
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	1.195.505,28	771.615,89
Detentores do capital da entidade-mãe		
Interesses que não controlam		
	1.195.505,28	771.615,89



Demonstração de fluxos de caixa consolidados

Rubricas	Notas	Períodos
		31-12-2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes		1.503.857,56
Recebimentos de contribuintes		4.795.501,28
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4.228.037,07
Recebimentos de utentes		2.336,76
Pagamentos a fornecedores		-6.413.575,84
Pagamentos ao pessoal		-2.977.842,03
Pagamentos a contribuintes / Utes		0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-702.866,25
Pagamentos de prestações sociais		0,00
Caixa Gerada pelas Operações		435.448,55
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		0,00
Outros recebimentos		5.805.668,66
Outros pagamentos		-5.872.448,53
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		368.668,68
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos Respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		-755.664,92
Ativos intangíveis		0,00
Propriedades de investimento		-34.554,12
Investimentos financeiros		0,00
Outros ativos		-28.312,48
Recebimentos Provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		306.363,68
Ativos intangíveis		0,00
Propriedades de investimento		0,00
Investimentos financeiros		0,00
Outros ativos		0,00
Subsídios ao investimento		113.319,55
Transferências de capital		1.736.739,80
Juros e rendimentos similares		0,00
Dividendos		0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		1.337.891,51
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos Provenientes de:		
Financiamentos obtidos		0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00
Cobertura de prejuízos		90.170,15
Doações		0,00
Outras operações de financiamento		0,00
Pagamentos Respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-39.359,65
Juros e gastos similares		0,00
Dividendos		0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00
Outras operações de financiamento		0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)		50.810,50
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1.757.370,69
Efeito das diferenças de câmbio		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.624.064,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.381.744,74

Conciliação Entre Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência	
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.624.064,09
- Equivalentes a caixa no início do período	-731.797,32
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	731.797,32
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00
= Saldo da gerência Anterior	3.624.064,09
De execução orçamental	3.445.713,09
De operações de tesouraria	178.351,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.170.239,39
- Equivalentes a caixa no fim do período	-1.461.916,21
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	1.461.916,21
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00
= Saldo da gerência Seguinte	5.381.744,74
De execução orçamental	5.260.270,96
De operações de tesouraria	121.473,78



Demonstração de alterações património líquido consolidado

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	72.311.335,55	0,00	0,00	0,00	305.986,63	-681.924,75	11.697,66	0,00	1.006.907,98	779.168,94	73.733.172,01	0,00	73.733.172,01
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.416.116,33	0,00	0,00	26.305.126,13	0,00	24.889.009,80	0,00	24.889.009,80
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.267.192,32	0,00	-2.267.192,32	0,00	-2.267.192,32
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.168,94	0,00	0,00	177.386,89	0,00	956.555,83	0,00	956.555,83
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-636.947,39	0,00	0,00	24.215.320,70	-779.168,94	22.799.204,37	0,00	22.799.204,37
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.195.505,28	1.195.505,28	0,00	1.195.505,28
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										416.336,34	23.994.709,65	0,00	23.994.709,65
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	72.311.335,55	0,00	0,00	0,00	305.986,63	-1.318.872,14	11.697,66	0,00	25.222.228,68	1.195.505,28	97.727.881,66	0,00	97.727.881,66



Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas

1 – Identificação das Entidades do Perímetro de Consolidação, Período de Relato, Referencial Contabilístico

1.1 – Identificação das Entidades de Consolidação

DENOMINAÇÃO	SEDE	% CAPITAL DETIDO	TIPO DE ENTIDADE	FUNDAMENTAÇÃO DA INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO	Praça da República 3140-258 Montemor-o-Velho	-	Entidade -mãe	-
ABMG, Águas do Baixo Mondego e Gandâra, E.I.M, S.A.	Largo do Infantário, 5 Montemor-o-Velho	33,33%	Empresa Local Intermunicipal	n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

1.2 – Período de Relato

As demonstrações financeiras têm como período de relato o exercício de 2020, sendo que, a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

1.3 – Referencial Contabilístico

No exercício de 2020, as demonstrações financeiras do Município de Montemor-o-Velho foram preparadas tendo por base os registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Conta	Dez 2020		Dez 2019	
Caixa		430.024,58 €		2.158,17 €
Depósitos à ordem		4.921.792,29 €		3.591.978,05 €
Depósitos bancários à ordem	4.921.792,29 €		3.591.978,05 €	
Outros depósitos		29.927,87 €		29.927,87 €
Depósitos a prazo	29.927,87 €		29.927,87 €	
Depósitos consignados	0,00 €		0,00 €	
Total		5.381.744,74 €		3.624.064,09 €

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura de 01 de janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP.

O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

Tais documentos foram preparados no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP. Sendo que, estas apresentam de forma apropriada a posição financeira o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Ativos intangíveis

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

O Município da Montemor-o-Velho apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que “devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município ...”.

O artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município de Montemor-o-Velho, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o n.º 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que “devem ainda ser

consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”.

Para efeitos de consolidação de contas do Município de Montemor-o-Velho com a ABMG, EIM, SA, será utilizado o método de equivalência patrimonial. Com este método o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Com a entrada em vigor do SNC-AP e a transição para o novo normativo contabilístico, foi necessário efetuar ajustamento à vida útil dos edifícios e outras construções em conformidade com o CC2. Nesta senda, sempre que a nova vida útil seja inferior à preconizada pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), procedeu-se ao ajustamento das depreciações acumuladas desses ativos, no sentido de reconhecer o montante que resulta do período já decorrido face à nova vida útil.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Rubricas	Valores POCAL 31/12/2019	Reconhe- cimento	Desreconhe- cimento	Outros	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
ATIVO						
Ativo não corrente	102.847.274,27 €	36.331,74 €	-18.165,86 €	-2.223.841,94 €	0,00 €	100.641.598,21 €
Ativos fixos tangíveis	98.925.568,70 €	36.331,74 €	-18.165,86 €	-2.090.529,44 €	63.323,69 €	96.916.528,83 €
Propriedades de investimento	1.058.683,71 €	0,00 €	0,00 €	-133.312,50 €	-93.008,57 €	832.362,64 €
Ativos intangíveis	270.848,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29.684,88 €	300.533,15 €
Participações financeiras	2.592.173,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.592.173,59 €
Ativo corrente	9.150.631,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.150.631,97 €
Inventários	287.082,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	287.082,27 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3.661.234,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.661.234,08 €
Clientes, contribuintes e utentes	413.458,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	413.458,56 €
Estado e outros entes públicos	194.729,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	194.729,42 €
Outras contas a receber	4.578.518,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.578.518,23 €
Diferimentos	15.609,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.609,41 €
Caixa e depósitos	3.624.064,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.624.064,09 €
PATRIMÓNIO LIQUIDO	73.733.172,01 €	36.331,74 €	-18.165,86 €	-2.223.841,94 €	27.094.685,86 €	98.622.181,81 €
Património/Capital	72.311.335,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	72.311.335,55 €
Reservas	305.986,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	305.986,63 €
Resultados transitados	-681.924,75 €	36.331,74 €	-18.165,86 €	-1.434.282,21 €	0,00 €	-2.098.041,08 €
Ajustamentos em ativos financeiros	11.697,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11.697,66 €
Outras variações no Património Líquido	1.006.907,98 €	0,00 €	0,00 €	-789.559,73 €	27.094.685,86 €	27.312.034,11 €
Resultado líquido do período	779.168,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	779.168,94 €
PASSIVO						
Passivo não corrente	39.161.894,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-27.094.685,86 €	12.067.208,15 €
Provisões	828.664,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	828.664,94 €
Financiamentos obtidos	11.238.543,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11.238.543,21 €
Diferimentos	27.094.685,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-27.094.685,86 €	0,00 €
Passivo corrente	2.726.904,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.726.904,31 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	41.431,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41.431,58 €
Fornecedores	479.472,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	479.472,80 €
Estado e outros entes públicos	115.041,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	115.041,16 €
Financiamentos obtidos	874.078,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	874.078,88 €
Fornecedores de investimentos	233.497,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	233.497,52 €
Outras contas a pagar	983.382,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	983.382,37 €

Da análise ao quadro afere-se que foram desreconhecidos o montante 18.165,86€ de ativos fixos tangíveis, dado que à data não satisfiziam as condições para serem considerados como ativos. Tal situação apenas se verificou em 2020, tendo-se procedido ao seu reconhecimento.

As propriedades de investimento foram ajustadas uma vez que se verificou uma alteração do uso do ativo em causa.

Destaca-se o efeito negativo na conta de resultados transitados, que incorpora a subconta ajustamentos de transição para o SNC-AP, devido a depreciação extraordinária dos edifícios e outras construções, pela redução das suas vidas úteis. Por oposição, resultante da alteração da movimentação contabilística dos subsídios ao investimento, o elemento outras variações no património inicial registou uma variação positiva.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 1 – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural				0,00 €				0,00 €
Goodwill				0,00 €				0,00 €
Projetos de desenvolvimento				0,00 €				0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	666.652,93 €	636.968,05 €		29.684,88 €	808.718,15 €	696.849,21 €		111.868,94 €
Propriedade industrial e intelectual				0,00 €				0,00 €
Outros ativos intangíveis				0,00 €				0,00 €
Ativos intangíveis em curso	270.848,27 €			270.848,27 €	270.848,27 €			270.848,27 €
Total	937.501,20 €	636.968,05 €		300.533,15 €	1.079.566,42 €	696.849,21 €		382.717,21 €

Quadro 2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Variações						Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)+(3)+(4)-(5)-(6)-(7)-(8)
		Adições (2)	Transf. Internas (3)	Revalorizações (4)	Reversões perdas (5)	Perdas por imparidade (6)	Amortiz. período (7)	
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	29.684,88 €	3.752,18 €	138.313,04 €				-59.881,16 €	111.868,94 €
Propriedade industrial e intelectual								
Outros ativos intangíveis								
Ativos intangíveis em curso	270.848,27 €							270.848,27 €
Total	300.533,15 €	3.752,18 €	138.313,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-59.881,16 €	382.717,21 €

Quadro 3 – Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		3.752,18 €								3.752,18 €
Propriedade industrial e intelectual										
Outros ativos intangíveis										
Ativos intangíveis em curso										
Total		3.752,18 €								3.752,18 €

Quadro 4 – Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros ativos intangíveis					
Ativos intangíveis em curso					
Total					

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 5 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	561.264,27 €	5.175,22 €		556.089,05 €	618.315,01 €	5.175,22 €		613.139,79 €
Edifícios e outras construções	897.210,29 €	342.230,67 €		554.979,62 €	897.210,29 €	377.831,41 €		519.378,88 €
Infraestruturas	81.814.866,50 €	54.247.336,45 €		27.567.530,05 €	81.873.076,58 €	58.243.178,55 €		23.629.898,03 €
Património histórico, artístico e cultural	118.122,02 €	2.256,08 €		115.865,94 €	118.122,02 €	2.331,58 €		115.790,44 €
Outros								
Bens de domínio público em curso	15.359.057,40 €			15.359.057,40 €	18.168.610,61 €			18.168.610,61 €
Total	98.750.520,48 €	54.596.998,42 €	0,00 €	44.153.522,06 €	101.675.334,51 €	58.628.516,76 €	0,00 €	43.046.817,75 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8.274.726,70 €			8.274.726,70 €	8.274.726,70 €			8.274.726,70 €
Edifícios e outras construções	45.891.476,45 €	18.985.906,92 €		26.905.569,53 €	46.082.735,49 €	20.744.661,84 €		25.338.073,65 €
Equipamento básico	4.268.127,85 €	3.000.305,30 €		1.267.822,55 €	4.712.069,69 €	3.365.521,65 €		1.346.548,04 €
Equipamento de transporte	3.081.455,78 €	1.991.248,25 €		1.090.207,53 €	3.211.405,63 €	2.183.560,35 €		1.027.845,28 €
Equipamento administrativo	1.625.169,08 €	1.470.319,54 €		154.849,54 €	1.708.819,35 €	1.555.593,72 €		153.225,63 €
Equipamentos biológicos								0,00 €
Outros	632.542,93 €	390.969,47 €		241.573,46 €	674.716,60 €	444.552,67 €		230.163,93 €
Ativos fixos tangíveis em curso	14.828.257,46 €			14.828.257,46 €	15.759.080,57 €			15.759.080,57 €
Total	177.352.276,73 €	25.838.749,48 €	0,00 €	52.763.006,77 €	80.423.554,03 €	28.293.890,23 €	0,00 €	52.129.663,80 €
Total	177.352.276,73 €	80.435.747,90 €	0,00 €	96.916.528,83 €	182.098.888,54 €	86.922.406,99 €	0,00 €	95.176.481,55 €

Quadro 6 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversão perdas	Perdas por imparidade	Deprec. Período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	556.089,05 €	57.050,74 €							613.139,79 €
Edifícios e outras construções	554.979,62 €						-35.600,74 €		519.378,88 €
Infraestruturas	27.567.530,05 €	43.731,21 €	27.138,12 €				-3.995.842,10 €	-12.659,25 €	23.629.898,03 €
Património histórico, artístico e cultural	115.865,94 €						-75,50 €		115.790,44 €
Outros									0,00 €
Bens de domínio público em curso	15.359.057,40 €	2.867.227,09 €	-27.138,12 €					-30.535,76 €	18.168.610,61 €
	44.153.522,06 €	2.968.009,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4.031.518,34 €		43.046.817,75 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	8.274.726,70 €								8.274.726,70 €
Edifícios e outras construções	26.905.569,53 €	176.607,89 €	17.219,15 €				-1.758.754,92 €	-2.568,00 €	25.338.073,65 €
Equipamento básico	1.267.822,55 €	406.225,80 €	37.716,04 €				-365.216,35 €		1.346.548,04 €
Equipamento de transporte	1.090.207,53 €	129.949,85 €					-192.312,10 €		1.027.845,28 €
Equipamento administrativo	154.849,54 €	51.073,25 €	32.577,02 €				-85.274,18 €		153.225,63 €
Equipamentos biológicos									0,00 €
Outros	241.573,46 €	37.892,01 €	4.281,66 €				-53.583,20 €		230.163,93 €
Ativos fixos tangíveis em curso	14.828.257,46 €	1.274.210,00 €	-230.106,91 €					-113.279,88 €	15.759.080,67 €
	52.763.006,77 €	2.075.958,80 €	-138.313,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2.455.140,75 €		52.129.663,90 €
Total	96.916.528,83 €	5.043.967,84 €	-138.313,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6.486.659,09 €		95.176.481,65 €

Quadro 7 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		56.271,74 €				779,00 €					57.050,74 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas		43.731,21 €									43.731,21 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Outros											0,00 €
Bens de domínio público em curso		2.867.227,09 €									2.867.227,09 €
	0,00 €	2.967.230,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	779,00 €	0,00 €				2.968.009,04 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções						176.607,89 €					176.607,89 €
Equipamento básico		406.225,80 €									406.225,80 €
Equipamento de transporte		129.949,85 €									129.949,85 €
Equipamento administrativo		50.632,26 €								440,99 €	51.073,25 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		37.892,01 €									37.892,01 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1.267.964,04 €								6.245,96 €	1.274.210,00 €
	0,00 €	1.892.663,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	176.607,89 €	0,00 €				2.075.958,80 €
Total	0,00 €	4.859.894,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	177.386,89 €	0,00 €				5.043.967,84 €

Quadro 8 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções						0,00 €
Infraestruturas					-12.659,25 €	-12.659,25 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Outros						0,00 €
Bens de domínio público em curso					-30.535,76 €	-30.535,76 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-43.195,01 €	-43.195,01 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções					-2.568,00 €	-2.568,00 €
Equipamento básico						0,00 €
Equipamento de transporte						0,00 €
Equipamento administrativo						0,00 €
Equipamentos biológicos						0,00 €
Outros						0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso					-113.279,98 €	-113.279,98 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-115.847,98 €	-115.847,98 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-159.042,99 €	-159.042,99 €

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO I.

Nota 8 - Propriedades de investimento

O montante inicialmente reconhecido como propriedades de investimento encontrava-se mensurado ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. No entanto, em face da alteração verificada no uso do ativo procedeu-se à sua transferência para ativo fixo tangível.

Quadro 9 – Propriedades de investimento

RUBRICAS	Quantia escritura inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	832.362,64 €		-832.362,64 €					
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
Total	832.362,64 €	0,00 €	-832.362,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota 9 – Imparidade de ativos

Informação no ANEXO II.

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10 - Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	5.209,62 €		5.209,62 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	166.491,16 €		166.491,16 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	171.700,78 €	0,00 €	171.700,78 €

Quadro 11 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	8.822,88 €	49.473,18 €	53.086,44 €						5.209,62 €
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	278.259,39 €	345.962,63 €	452.902,33 €				5.017,66 €	189,13 €	166.491,16 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	287.082,27 €	395.435,81 €	505.988,77 €				5.017,66 €	189,13 €	171.700,78 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 12 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	861.895,93 €				
Multas e outras penalidades	6.503,32 €				
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	254.610,44 €				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	37.964,77 €				
Outros serviços	452.103,66 €				
Outros Rendimentos e Ganhos					
Rendimentos suplementares	169.064,25 €				
Ganhos em Inventários	56,35 €				
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.012.657,74 €				
Correções relativas a períodos anteriores	191.301,31 €				
Outros não especificados	90.170,87 €				
TOTAL	3.076.328,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Montemor-o-Velho, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 667.982,28€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Quadro 13 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	828.664,94 €				0,00 €			160.682,66 €	160.682,66 €	667.982,28 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	828.664,94 €	0,00 €			0,00 €	0,00 €			160.682,66 €	667.982,28 €

Nota 18 – Investimentos financeiros

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras	2.592.173,59 €	0,00 €	0,00 €	57.634,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.649.808,26 €
ABMG	2.034.144,61 €			57.631,67 €				2.091.776,28 €
ERSUC	48.348,48 €							48.348,48 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM	509.680,50 €			3,00 €				509.683,50 €
Outros ativos financeiros								0,00 €
Total	2.592.173,59 €	0,00 €	0,00 €	57.634,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.649.808,26 €

20 – Divulgações de Partes Relacionadas

Neste ponto devem ser identificadas quais as entidades controladas e as transações efetuadas entre as partes relacionadas.

DESIGNAÇÃO	SEDE	% DE CONTROLO
ABMG, Águas do Baixo Mondego e Gandâra, E.I.M, S.A.	Largo do Infantário, 5 Montemor-o-Velho	33,33%

ENTIDADE RELACIONADA	NATUREZA DO RELACIONAMENTO	VALOR
ABMG, Águas do Baixo Mondego e Gandâra, E.I.M, S.A.	Transferências e subsídios concedidos	276.690,10 €
	Fornecimentos e Serviços	733.507,68 €

Anexo I – Custo empréstimos obtidos

Município de Montemor-o-Velho
Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)
	N.º do contrato	Nome de instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital		Juros		Outros encargos (a)		Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
											Até N	Ano N	Até N	Ano N	Até N	Ano N								
Curto Prazo																								
Total CP																								
Médio e Longo Prazo																								
Não isentos	9015/002619/5/91	CGD	05-12-2001	20	19	3752	29-11-2001	Obras P. Actividades	2.493.989,48 €	2.493.989,48 €	2.178.897,74 €	157.459,64 €	695.433,04 €	267,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315.091,74 €	157.632,10 €	155.920,86 €				
Não isentos	56044507355	CCAM	26-11-2008	20	12	1721	08-01-2009	E.M. 335-1 - Arazeide e Volta da Tocha	450.000,00 €	450.000,00 €	216.841,57 €	24.472,67 €	46.195,42 €	155,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	233.158,43 €	208.605,76 €	23.526,30 €				
Não isentos	4011419830022	BPI	07-06-2018	20	2	1899	27-09-2018	Operação de substituição de dívida	10.000.000,00 €	10.000.000,00 €	531.013,24 €	460.986,69 €	111.934,18 €	88.752,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.468.986,76 €	9.008.000,07 €		500.000,00 €			
Não isentos	59073726557	CCAM	11-06-2018	20	2	1900	27-09-2018	Operação de substituição de dívida	2.800.000,00 €	1.587.164,79 €	92.584,66 €	79.358,28 €	25.697,64 €	20.792,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.494.580,13 €	1.415.221,85 €		79.358,24 €			
SubTotal									15.743.989,48 €	14.531.154,27 €	3.019.337,21 €	722.277,28 €	879.260,28 €	109.967,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11.511.817,06 €	10.789.539,78 €	179.447,16 €	579.358,24 €			
Médio e Longo Prazo																								
Isentos	9015/002484/2/91	CGD	15-10-2001	20	19	3144	27-09-2001	Pólo Industrial	448.918,11 €	345.767,15 €	302.764,01 €	21.501,57 €	43.228,07 €	21,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	43.003,14 €	21.501,57 €	21.501,57 €			artigo 32º da Lei n.º 42/96, na redacção dada pelo artigo 28 da LOE/2000	
Isentos	9015/002485/091	CGD	15-10-2001	20	19	3143	27-09-2001	Rede de Esgotos	152.751,87 €	152.751,87 €	136.262,09 €	8.244,89 €	19.670,07 €	8,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16.489,78 €	8.244,89 €	8.244,89 €			artigo 32º da Lei n.º 42/96, na redacção dada pelo artigo 28 da LOE/2000	
Isentos	9015/003226/8/91	CGD	11-09-2002	20	18	2475	30-10-2002	Pista de Remo	1.274.418,65 €	1.272.208,37 €	1.071.471,20 €	66.912,36 €	206.505,74 €	828,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200.737,09 €	133.824,73 €	66.912,36 €			al. c) artigo 7º da Lei n.º 16-A/2002, 31 de maio	
Isentos	9015/004361/8/91	CGD	30-05-2005	20	15	1715	25-08-2005	Piscina Municipal	535.086,73 €	535.086,73 €	358.800,81 €	32.050,91 €	110.661,95 €	2,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	176.285,92 €	144.235,01 €	30.558,56 €			n.º 6 artigo 19º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro	
Isentos	9015/004893/8/91	CGD	29-06-2006	20	14	1306	13-09-2006	Ex-EN 341 - (Const.)	504.422,42 €	425.643,66 €	261.354,56 €	25.275,24 €	66.068,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164.289,10 €	139.013,86 €	24.218,13 €			n.º 7 artigo 33º da LOE/2006		
SubTotal									2.915.597,78 €	2.731.457,78 €	2.130.652,75 €	153.984,97 €	446.214,05 €	859,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	600.805,03 €	446.820,06 €	151.435,51 €	0,00 €			
Total MLP									15.743.989,48 €	14.531.154,27 €	5.149.989,96 €	876.262,25 €	1.325.474,33 €	110.827,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12.112.622,09 €	11.236.359,84 €	330.882,67 €	579.358,24 €			
Total Geral									15.743.989,48 €	14.531.154,27 €	5.149.989,96 €	876.262,25 €	1.325.474,33 €	110.827,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12.112.622,09 €	11.236.359,84 €	330.882,67 €	579.358,24 €			

Anexo II – Imparidade de ativos

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	1 806 361,54	0,00	0,00	1 806 361,54
Clientes, contribuintes e utentes	792 517,49	81 965,63	0,00	710 551,86
Fornecedores	798 972,13	0,00	0,00	798 972,13
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	3 157 069,86	0,00	0,00	3 157 069,86
Mercadorias	5 209,62	0,00	0,00	5 209,62
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166 491,16	0,00	0,00	166 491,16
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	2 627 152,55	34 975,96	0,00	2 592 176,59
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	61 248 790,37	0,00	0,00	61 248 790,37
Ativos intangíveis	111 868,94	0,00	0,00	111 868,94
Investimentos em curso	34 198 539,45	0,00	0,00	34 198 539,45
Ativos não correntes detidos para venda	832 362,64	0,00	0,00	832 362,64
Total:	105 745 335,75	116 941,59	0,00	105 628 394,16



Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Montemor-o-Velho** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 112.136.907,98 euros e um total de fundos próprios de 97.727.881,66 euros, incluindo um resultado líquido de 1.195.505,28 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Montemor-o-Velho** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O montante global do ativo em curso ascende a cerca 33.945 milhares euros. Concluímos que não existe um procedimento regular instituído pelo Município que detalhe os montantes incluídos naquela rubrica por obra ou natureza da capitalização, com indicação da antiguidade da mesma, impossibilitando a aferição de quais os ativos que já estão em funcionamento e que devem ser transferidos para as respetivas rubricas de imobilizado, iniciando-se assim a respetiva amortização e a imputação de subsídios a rendimentos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imoveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de 21.204 milhares de euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.



Estão divulgadas na nota 2 do Anexo os ajustamentos de transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que implicou um aumento do património líquido em 24.937 milhares de euros, a redução do ativo no valor de 2.158 milhares de euros e uma redução de 27.095 milhares de euros do passivo.

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2020 foi respetivamente de 63,75% e de 83,90%. No exercício de 2019 as taxas de execução global da despesa e da receita foram de 74,75% e de 88,88%, respetivamente.

O limite da dívida é de 24.034 milhares euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 12.943 milhares euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2020 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º. 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,81 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a



fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Montemor-o-Velho que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Município de Montemor-o-Velho. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A


NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte: as informações constantes do parágrafo 37 da NCP 27 não foram divulgadas na sua plenitude.

Coimbra, 24 de junho de 2021


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478



Exmo. Senhor Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO
Praça da República 11,
3140-258 Montemor-o-Velho

Exmos Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas consolidadas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas consolidadas com data de 24 de junho de 2021.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
 - 3.1. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 3.2. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 3.3. Verificação das operações de consolidação, nomeadamente a adoção do método de consolidação de equivalência patrimonial, a eliminação dos valores das participações financeiras pela correspondente fração nos capitais próprios da empresa participada, a evidenciação das respetivas diferenças de consolidação e os critérios de homogeneização da informação.
 - 3.4. Solicitação da Declaração do Órgão Executivo.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal das contas consolidadas.
5. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Órgão Executivo e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
6. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Coimbra, 24 de junho de 2021

José Joaquim Marques de Almeida

Em representação de

**Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

Contas Consolidadas

31 de dezembro de 2020

Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 24 de junho de 2021

Como Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria é emitido este documento. São aqui enunciadas algumas situações que podem ser melhoradas para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da auditoria a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2020.

I - PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

1. O processo de consolidação tem como entidade consolidante o Município de Montemor-o-Velho, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas nas Normas de Contabilidade Pública 22 e 24 do SNC-AP, bem como com base nas notas explicativas da conta 41 da Portaria n.º 189/2021, de 14 de julho.

Conforme referido no relatório de gestão consolidado, para o Município de Montemor-o-Velho, a entidade incluída no perímetro de consolidação é a ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. em relação à qual foi aplicado o método de equivalência patrimonial.

Relativamente à empresa integrada no perímetro de consolidação e no caso sujeita a revisão legal de contas, mas cujo exame foi efetuado por outro auditor, baseámos a nossa opinião na respetiva Certificação Legal das Contas, emitida por aquele órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

Para o efeito foi-nos disponibilizada a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único da empresa ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., com data de 09/06/2021 que foi emitida com uma opinião sem reservas.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176* CMVM nº 20161478



RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal do Município de Montemor-o-Velho

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Montemor-o-Velho, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como da principal entidade englobada na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.


No âmbito das nossas funções, examinámos em 31 de dezembro de 2020, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas ao balanço consolidado. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão Consolidado do exercício findo em 2020 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva e quatro ênfases.

Face ao exposto, somos da opinião que apesar do descrito na seção bases para a opinião com reservas, e na seção das ênfases da Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão Consolidado estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Com base na Circular nº61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, emitida pela OROC, foi emitido o respetivo relatório e anexo ao mesmo, que são considerados complementos deste Relatório e Parecer.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Coimbra, 24 de junho de 2021


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.